CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO

HERLA PADUSKA VIANNA CUNHA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO
SOCIAL, UM ELO NECESSÁRIO

Juazeiro do Norte/CE

2022

HERLA PADUSKA VIANNA CUNHA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO
SOCIAL, UM ELO NECESSÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social, do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO de Juazeiro do Norte - CE, ao curso de graduação em serviço social, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: prof^a Ma. Márcia de Sousa Figueirêdo

Juazeiro do Norte/CE

2022

HERLA PADUSKA VIANNA CUNHA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO
SOCIAL, UM ELO NECESSÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social, do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO de Juazeiro do Norte - CE, ao curso de graduação em serviço social, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Juazeiro do Norte, 15 de Dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

prof^a Ma. Márcia de Sousa Figueirêdo

Orientadora

Centro universitário Dr. Leão Sampaio

Prof^a Esp. Cecília Bezerra Leite

Examinadora

Centro universitário Dr. Leão Sampaio

Prof^o Esp. Pedro Adjedan David de Sousa

Examinador

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio

Dedico este trabalho às famílias Amorim, Vianna e Cunha, representadas respectivamente, pelos meus avós paternos seu Olívio (*in memoriam*) e D. Socorro do quebra-queixo, exemplos de superação e aconchego, meus avós paternos, o poeta Nonato Vianna e Socorro que me criaram com todo amor e cuidado e ao meu esposo Gregório. A vocês minha gratidão, muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Não há como DEUS! Primeiramente, tenho o dever de agradecer a Ele que me sustentou com suas fortes mãos, porque foi um longa e árdua jornada, com duas interrupções inesperadas, envolta em minha própria "questão social".

Agradeço infinitamente ao meu esposo, Gregório, que sempre me apoiou nesse percurso, muito obrigada por acreditar em mim, aos meus filhos, Marcos Gregório e José Giovani.

Logicamente à toda minha família, sem exceção, representada pelos meus exemplos de determinação e companheirismo, mainha e painho, Laene e Hertz, vocês são tudo que eu quero ser e ter.

Aos amigos que verdadeiramente torcem por mim, simbolizado pelas "irmãs" de faculdade kalianny, Ione, Maria do Carmo, Maiara Cristina e Jéssica, amizade que construímos durante essa linda caminhada.

A todos os professores do curso de Serviço Social da UNILEÃO, onde cada um deixa sua marca na vivência acadêmica, não posso esquecer de forma alguma da minha coordenadora e orientadora Márcia Figueirêdo, que me levantou inúmeras vezes com palavras de encorajamento para não desistir, a professora Cecília Bezerra pela paciência e compreensão, vocês sabem que sem esse auxílio ficaria inviável.

Por fim, a minha supervisora de campo Eleny Leite de Pinho, espelho para minha vida profissional, dotada de ética, paciência e sabedoria, me direcionando diariamente à autonomia, chamando-me carinhosamente de "minha estagiária".

Posso afirmar a partir da maturidade que adquiri com a idade, ao longo dos anos que estive na faculdade e no campo de estágio, também com a mudança no modo de enxergar as coisas, as situações e as pessoas.

Encontro-me muito realizada pois será um orgulho falar, sou Herla Paduska, Assistente Social, sobretudo porque é uma realização pessoal. Na minha escolha profissional o Serviço Social não foi a primeira opção, mas com certeza foi a correta! O desejo de aprender e concretizar era tanto que eu chorava, sonhando com esse momento. Por fim, chegou minha vez!

Considerem motivo de grande alegria o fato de passarem por diversas provações, pois vocês sabem que a prova da sua fé produz perseverança. E a perseverança deve ter ação completa, a fim de que vocês sejam maduros e íntegros, sem que falte a vocês coisa alguma. Tiago1:2-4

RESUMO

A entrada do acadêmico-profissional no campo de atuação profissional, levanta várias suposições e equívocos acerca da profissão que, devem ser desvelados para o real entendimento da teoria e prática no processo formativo profissional. A questão Social torna-se visível a partir da vivência do estágio supervisionado, solicitando do profissional em formação em serviço social, uma análise crítica da realidade social em que se está inserido para posteriormente responder ao usuário de forma contundente e direcionada pelo Código de Ética da Profissão. Portanto, essa monografia, é produto das discussões do trabalho de conclusão de curso, aspirando o elo diante da formação profissional, trabalho e a unidade teoria e prática, teve como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica e exploratória e caráter qualitativo.

Palavras-chave: Formação profissional; estágio supervisionado, serviço social

ABSTRACT

The entry of the academic-professional into the field of professional activity raises several assumptions and misconceptions about the profession that must be unveiled for a real understanding of theory and practice in the professional training process. The Social issue becomes visible from the experience of the supervised internship, requesting from the professional in training in social work, a critical analysis of the social reality in which he is inserted to later respond to the user in a forceful way and directed by the Code of Ethics of the Profession. Therefore, this monograph, which is the product of the discussions of the course conclusion work, aspiring to the link between professional training, work and the theory and practice unit, had bibliographical research and qualitative character as a methodological approach.

Keywords: Professional qualification; supervised internship, social work

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEP	Código de Ética Profissional
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCs	Diretrizes Curriculares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PEP	Projeto Ético-Político
PNE	Política Nacional de Estágio
UFA	Unidade de Formação Acadêmica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	11
2.1	A PREMISSA POR TRAZ DA MATURIDADE ADQUIRIDA PELO ACADÊMICO-PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	11
2.2	AS MUDANÇAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DIRECIONADAS A UM NOVO PROJETO PROFISSIONAL	17
3	CAPÍTULO II – O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CENTRALIDADE DA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	21
3.1	O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO (PNE) DA ABEPSS	21
3.2	AS SIGNIFICÂNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	25
4	CAPÍTULO III - O DIALÓGO ENTRE TEORIA - PRÁTICA	30
4.1	CAMINHANDO PELO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA. 30	
4.2	ASSISTENTE SOCIAL: CONHECIMENTO, HABILIDADE E ATITUDE. 32	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A presente escrita visa examinar inquietações por meio de um dos principais dilemas levantados no processo formativo dos estudantes de serviço social: A fragmentação de que a teoria é diferente da prática. Embora o estágio supervisionado seja a primeira aproximação da prática para a maioria dos estudantes, é um marco para toda a vida acadêmica e profissional, estudantes acolhem esse momento de formas particulares e muito subjetivas, podendo ser um momento riquíssimo de aprendizado ou impactados de forma negativa.

A partir da vivência do meu próprio estágio e do levantamento bibliográfico sobre o tema pesquisado até aqui, abordaremos alguns marcos históricos acerca do contexto do surgimento da profissão, da formação profissional sob as novas diretrizes de 1990 e a centralidade estágio supervisionado durante a formação em Serviço Social, conceito e a essencial correlação entre teoria e prática, imprescindíveis para a formação do assistentes sociais, no intuito de melhor compreensão do processo em questão.

A entrada de um aluno-estagiário nos espaços socioinstitucionais do assistente social traz novas perspectivas, responsabilidades, esperança e grandes expectativas, destacando a importantíssima relação às novas exigências do mercado de acordo com o nível de complexidade e a novidade da atuação mediante ao campo e/ou equipamento de estágio suas expressões e desafios.

O presente estudo consiste em pesquisa com delimitação bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo. Nesse sentido, os resultados serão apresentados sob forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica. Como fontes de pesquisa, a fim de colher o referencial teórico necessário para embasar as análises e discussões, serão realizadas pesquisas em livros, artigos, revistas e sites relacionados ao tema e diferentes autores que apropriam-se do assunto sobre a relevância do estágio supervisionado no processo formativo do assistente social.

2 CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, faz-se necessário trazer de forma crítica e sensível sobre o caminho percorrido durante a formação profissional do assistente social, profissão originária da sociedade capitalista e da categoria “questão social”. As relações sociais nos âmbitos econômicos, políticos e sociais associados a cada período histórico em meio as principais mudanças que rodeiam o processo formativo do Assistente Social.

Onde destacamos as diretrizes curriculares a partir dos anos de 1990, impulsionando o profissional em formação, a teoria marxista e o tripé do campo da pesquisa científica, extensão e em especial ao estágio supervisionado para melhor apreensão entre teoria e prática.

2.1 A PREMISSA POR TRAZ DA MATURIDADE ADQUIRIDA PELO ACADÊMICO-PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Para entendermos serviço social como profissão, antes de tudo, é indispensável enxergar como um processo de construção, conhecimentos teóricos, históricos e práticos adquiridos durante os quatro anos de academia que o profissional em formação apreende através dos estudos e das modificações sociais correspondentes.

Formar Assistentes Sociais na atualidade, crítico, reflexivo a ponto de acolher, analisar e responder demandas sociais que transitam de questões pontuais à questões complexas da sociedade, requer um serviço social de posicionamento político e ideológico em defesa da classe trabalhadora, mas maduro o suficiente, a ponto de entender as particularidades do sistema capitalista requisitando do profissional a responder demandas oriundas da classe trabalhadora, proletariado e da classe burguesa, donos dos meios de produção e detentora do capital.

Deve-se a um longo processo sócio-histórico de construção, de debates, de discussão, de organização, de recomendações importantíssimos para sua regulamentação e as lutas para o reconhecimento profissional para o enfrentamento da “questão social” a *priori* gestadas no processo da revolução industrial na Inglaterra

e tardiamente no Brasil, onde a profissão responde diferentemente em com o período vivenciado sócio-político e economicamente.

Iniciaremos de forma mais geral, pelo “o sentido original da obra de Marx, a exploração do homem pelo homem e suas relações de classes antagônicas” em breve retorno ao processo da revolução industrial no contexto mundial, sobretudo, a partir da Inglaterra.

Desenhavam-se transformações no mundo do trabalho durante a revolução industrial no período da segunda metade do século XVIII para o século seguinte XIX, também chamada de primeira Revolução Industrial, marcada pela troca de homens, do processo e produção artesanal antes produzidas em suas próprias casas com ajuda da família, agora daria lugar às máquinas, mais ágeis realizado nas fábricas. Consolidando de uma vez por todas o modo de produção capitalista.

Com os novos processos operacionais das máquinas nas fábricas, aumentaria a produção e produtividade da mercadoria, diminuindo o tempo necessário e a sequência de lucros seria maior. Restringiu-se e separou por funções os funcionários, ou seja, a chamada divisão do trabalho passando de artesãos e operários em suas casas, para funcionários “assalariados”, afastando-os cada vez mais distante do produto fabricado.

Com a consolidação do capitalismo a partir do trabalho assalariado deu surgimento a duas classes sociais distintas e antagônicas, a burguesia e o proletariado. Quanto ao diálogo entre essas duas classes, Marx e Engels (2009, p. 23) definem:

“Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver”.

Capitalismo e classe burguesa são sinônimos de proprietários, que detêm os meios de produção, estando pautados no lucro e mais lucro e superlucro (principal essência do capitalismo) para manutenção da mesma e regulação da classe trabalhadora (proletariado) implanta-se a propriedade privada, economia de mercado, concorrência sem igual, sendo que na mesma linha dos lucros, exploram seus trabalhadores.

“O Capital”, diz o Quarterly Reviewer, “foge do tumulto e da contenda, e é tímido por natureza. Isso é muito certo, porém não é toda a verdade. O capital abomina a ausência do lucro, ou ao lucro muito pequeno, assim como a natureza o vácuo. Com um lucro adequado, o capital torna-se audaz. Com 10%, ele está seguro, e é possível aplicá-lo em qualquer parte; com 20%, torna-se impulsivo; com 50%, positivamente temerário; com 100%, pisoteará todas as leis humanas; com 300%, não há crime que não arrisque, mesmo sob o perigo da força. Se tumulto e contenda trouxerem lucro, ele encorajará a ambos. A prova disso é o contrabando e o tráfico de escravos”, (T. J. DUNNING, TRADE’S UNIONS AND STRIKES, CIT., P. 35-6)

Não havendo limites para a burguesia, entraria em protagonismo a classe operária ou proletariado, inserida de forma tão súbita nesse processo dito como naturais, através da revolta de Marx e Engels com o descaso para os trabalhadores deram voz a classe.

Expondo as horas de trabalho exaustivas, mulheres e crianças trabalharam pois o salário era tão curto que todos da família tinham que trabalhar, com êxodo rural gerando aumento populacional e conseqüentemente fome, pobreza, alcoolismo, aumento de doenças e mortes e infinitas mazelas provocadas na vida econômica e social dos trabalhadores da época.

“O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis [...]. De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. [...] As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias [...] são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História” (K. MARX E F. ENGELS, MANIFESTO COMUNISTA, P. 51, 49)

A indignação deu lugar a união da classe, que externou através dos históricos de greves, de pressões e lutas por melhores condições de salários, de vida, de trabalho, surgindo os primeiros embates entre as classes e as citadas expressões da questão social proveniente do advento da Revolução Industrial.

O Estado reagiu de maneira mais punitiva do que caritativa, longe de ser humanista ou assistencial. Assim, parte do Estado, a Lei dos pobres foi promulgado pela primeira vez pela rainha Elizabeth I, em 1601:

“casas correccionais” as workhouses que se assemelhavam a prisões. Essas “casas de correção” eram instituições fundadas com o objetivo de “[...] atender e formar a camada alijada da sociedade – homens, mulheres, enfermos, ociosos, criminosos e crianças – nos padrões requisitados pelo sistema que se organizava, e com isso legitimar a formação da nova sociedade.” (DORIGON, 2006, p. 10).

À raiz da lei original, o cumprimento seria de repressão à mendicância e a vagabundagem, bem como um alívio à pobreza existente. Dois sentimentos brotavam no seio da lei, sendo um de “caridade cristã” e o outro de um “violento preconceito social”. (MANTOUX, s/d, p. 442-443).

Reafirmando sobre a lei anterior que penalizavam e porque não dizer criminalizam, o que a elite considerava mendicância e vagabundagem, enfeando as cidades, eram forçados a trabalhos desumanos e considerada para muitos um atraso nos processos de afirmação burguês. Configurando com esses fatos pontuais históricos a forma cruel a forma como eram tratados os operários e a população de rua “pobres” da revolução industrial e as leis impositivas, preconceituosas e repugnantes no trato da “questão social”.

Emergenciando a profissão, Assistente Social para intervir nas expressões da questão social, como apaziguadores da ordem e do controle social a dar respostas em favor da classe burguesa para com a classe trabalhadora, atrelada a igreja católica, de caráter caritativo em favor da classe dominante, obviamente bem diferente do que serviço social contemporâneo.

Como resgatamos anteriormente, enquanto na Inglaterra acontecia a primeira Revolução Industrial, o Brasil vivia sob o regime colonial e escravista. No Brasil colônia (1500-1822), a formação social brasileira tem sua gênese em situação colônia exploratória de Portugal, (SANTOS, 2012, P.56).

No Brasil a começar pela repelência do clima, os colonos portugueses vieram para ser dirigentes, empresários, comerciantes, mas não trabalhadores[...] a escassez da força de trabalho, portanto é o que move Portugal na direção do revigoramento da

escravidão na era moderna, uma vez que exploravam a costa da África e passaram a comercializar negros.

Veja, nesse período já se delineava exploração de uma classe em detrimento da outra, para benefícios e benesses de um para trabalho exaustivo e não remunerado.

Diante do modelo da Inglaterra e de outros países como EUA, Estados Unidos e Japão, o Brasil seguia os passos da industrialização e consolidação do sistema capitalista que estão intrinsecamente ligados aos processos políticos brasileiro.

Apesar do percurso do desenvolvimento da industrialização nacional que ter o marco verdadeiramente cerca de duzentos anos depois da primeira revolução industrial inglesa e os brasileiros viviam tardiamente o processo, mas sem dúvidas seguia à risca “cartilha da exploração do capitalismo” a partir de cada governo instaurado.

Foram, especialmente nos governos Vargas (1930-1955) e Juscelino Kubitschek (1945-1964) que houveram grandes avanços na indústria Brasileira, respectivamente a industrialização restringida e industrialização pesada.

Na década de 30 quando se desencadeou o caminho da industrialização e urbanização, surgiram as primeiras escolas de Serviço Social brasileira. Nas décadas de 40 e 50 houve o reconhecimento da profissão, que foi regulamentada em 1957 com a lei 3252, essencialmente católica, caritativa e vocacional, composta essencialmente por mulheres, como afirma Casali *et al.* (2013, p. 01)

O Serviço Social surge no Brasil na década de 30, estreitamente ligada à Igreja Católica. O país passava por uma fase turbulenta, onde a burguesia não estava dando conta das diversas manifestações da classe trabalhadora, que reivindicava por melhores condições de trabalho e justiça social. Preocupada com essa situação a fim de manter os seus interesses de exploração da força de trabalho, a classe dominante, juntamente com o Estado somaram forças para conter a classe operária, mantendo a harmonia social. A Igreja passou então a oferecer formação específica para moças de famílias tradicionais com intuito de exercer ações sociais. Criou-se então o Curso Intensivo de Formação Social para Moças. Nas décadas de 40 e 50, o Serviço Social do nosso país recebeu uma grande influência norte-americana e da corrente positivista.

Em 1930, marca um país voltado a esperança na retomada do desenvolvimento. A “era Vargas” já trouxe medidas significativas para o trato da

questão social, mudanças na política de educação, política trabalhista como, nos contratos de trabalho, carteira de trabalho e profissões e corporativismo sindical. Como a Constituição de 1934 de tendência modernizadora. No dia 16 de julho de 1934, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a terceira Constituição brasileira e a segunda da República.

A Constituição de 1934 trouxe avanços democráticos, como o princípio da alternância no poder, a garantia do voto universal e secreto, agora estendido às mulheres, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão. Mas, três anos depois, Getúlio muda o curso da política novamente e implanta o Estado Novo. (BRASIL, 1934).17/10/2022

Getúlio Vargas, ao promulgar a legislação entraria para a história como “pai dos pobres” em meio a tantas reviravoltas políticas e ações com o desejo de se manter no poder com interesses mútuos através de seu direcionamento centralizador, capitalista. Assumindo na história um papel importantíssimo de governante por parte do Estado, garantindo o populismo das massas brasileiras, especialmente por se centralizar no Ministério do Trabalho que controla de perto organizações sindicais.

Os posteriores governos e o modo de governar em cada período sobretudo no poderio da ditadura militar (1964-1985), caracterizada pela interrupção do avanço da democratização, de forma autoritária, sanguinolenta, logicamente impositiva e contrarrevolucionário com relacionamento econômico capitalista. Marcam diretamente a forma de enfrentamento de ação do profissional, Assistente Social.

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa. Este termo é utilizado por Netto (2005) com referência ao processo da Ditadura Militar. Faziam emergir, exigindo-se do assistente social “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”.

A partir do golpe de 1964 foram exigidas modificações na prática e na formação do Serviço Social, antes subalterno, essencialmente católico e vocacional, ocorreu a inserção dos serviço social nas universidades, aproximou-se das ciências sociais, sobretudo reafirmou-se a teoria marxista e a pluralidade profissional, ou seja, um

serviço social reconceituado mesmo diante de retrocessos, avanços e desafios, atuante para interferir na realidade social. Netto (2005, p. 131) ressalta:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

O Brasil mesmo retardatário no segmento industrial, transformações do trabalho, é através dos modelos de organização política que particularizam cada período histórico, onde vai se disseminando com o intenção de se chegar ao denominador comum: o sistema capitalista e *modus operandi* que se metamorfoseia e está presente em tudo no poderíamos ver ou imaginar, dita as regras e ideias através do Estado, presente em três esferas governamentais.

Mas sabe o que não muda? A classe opressora e a classe oprimida, hoje com novas nomenclaturas e mascarando seu verdadeiro sentido, através da materialização de poder, lucro e acúmulo de riquezas.

2.2 AS MUDANÇAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DIRECIONADAS A UM NOVO PROJETO PROFISSIONAL

Diante das particularidades acompanhadas das transformações conjunturais mais significativas brasileiras remetidas à profissão, sobretudo a partir de 1964, a mesma carece de mudanças necessárias, sob uma nova regulamentação e diretrizes para trilhar novos caminhos em relação ao fazer profissional.

Atualmente a profissão é regida pela Lei Federal 8662/93, que estabelece suas competências e atribuições, no mesmo ano instituiu-se um novo código de ética externando o projeto profissional em vigência comprometidos com a democracia e com acesso universal dos direitos sociais, civis e políticos.

Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma

revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58).

Em novembro de 1996, tem-se a aprovação das novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente Social, “formuladas pelo conjunto das Unidades de Ensino de Serviço Social no Brasil, e aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). (CARDOSO, 2000).

O Assistente Social é o profissional que concluiu o curso superior de Serviço Social, reconhecido pelo Ministério da Educação- MEC, possuindo inscrição no Conselho Regional de Serviço Social- CRESS de acordo com o estado de residência ou atuação profissional.

A prática do serviço social também é direcionada pelos princípios e direitos firmados na Constituição Federal de 1988 e na legislação complementar referentes a políticas sociais para acesso aos direitos da população. As principais autarquias que direcionam o caminho do bacharel em Serviço Social brasileiro são: O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora (CFESS,1996).

Ao se rever, o Serviço Social de 1980 e 1990, entre os governos da autocracia burguesa de repressão e 1990 sob o governo Collor e posteriormente Fernando Henrique Cardoso (FHC), com seu governo voltado em privatizações, comprometido políticas neoliberais que criam desemprego, fome e recessão, impostas pela reestruturação produtiva e o constante agravamento das expressões da questão social e a intervenção do estado com as políticas sociais, minimalistas ou porque não dizer omissa e negligente.

Gerando novos debates voltadas à classe coletiva dos Assistentes Sociais formados para o e para intervir na autonomia do sujeito e para o perfil do bacharel em Serviço Social, que se beneficia dessa nova lógica curricular diferenciada e social crítica para reconstrução dessa nova formulação.

Sob a coordenação da ABEPSS, requer uma nova expressão da classe ao intervir na histórica expressões da questão social, para Carvalho e Iamamoto (2006, p.77) questão social, é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. Embora seja uma definição curta é a extrema realidade, e para complementar a complexidade da questão social e do trabalho do Assistente Social, vejamos:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: Serviço Social a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano. (IAMAMOTO, 2000, p. 27-28)

À luz das novas diretrizes curriculares da ABEPSS (1999), marca o progresso crítico em relação às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da historicidade da profissão.

Há um novo espaço privilegiado, enquanto alunado, ao estudar todo esse processo histórico de lutas, de resistência e de construção e reconstrução para uma nova prática profissional, ou como chamamos na a linguagem do Serviço Social de uma nova práxis profissional indispensáveis para o olhar político e emancipatório do sujeito social contrapondo a classe dominante. Definem as seguintes diretrizes curriculares:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor
(ABEPSS, DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1999, p.6)

Nessa perspectiva inovadora, permite-se ler e desvelar a realidade social, há rompimento da separação do processo ensino-aprendizagem, antes reduzido a matérias e disciplinas, enfatizando importância do tripé: ensino, pesquisa e extensão na universidade, para indissociabilidade e apreensão à prática dos acadêmicos a partir do estágio supervisionado.

3 CAPÍTULO II – O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CENTRALIDADE DA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Para esse capítulo, tomam-se como base a legalidade do estágio supervisionado como componente curricular obrigatório, já presente nas diretrizes curriculares de 1996 aprovadas pelo Ministério da Educação - MEC, conforme elemento privilegiado na formação profissional, colaborando para a integração dos estudantes nos espaços socioinstitucionais para melhor compreensão da relevância do estágio supervisionado como elemento integrador entre teoria e prática.

3.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO (PNE) DA ABEPSS

O estágio supervisionado está interligado ao projeto político-pedagógico das unidades de formação acadêmica (UFAs), objetiva conduzir o estágio supervisionado em Serviço Social com a finalidade de reafirmar as diretrizes curriculares para uma formação superior de qualidade, uma vez que está incluída como disciplina curricular obrigatória no curso de Serviço Social.

Estágio Supervisionado: É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional de 1993. O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 19).

Nessa perspectiva a ABEPSS construiu a Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social. Elaborada por um grupo de trabalho (GT) da ABEPSS (gestão 2009-2010), a partir de amplas discussões com a categoria e tem expressão de construção e aplicação de forma coletiva.

A Política Nacional de Estágio na área do Serviço Social não anula a lei de estágio lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 1o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Mas sim, confirma-se a preocupação em favor da formação profissional voltada à realidade social e discussão sobre o estágio supervisionado na modalidade de curricular obrigatório. Visto que, em seu 1º artigo da lei que dispõe sobre o estágio dos estudantes, sanciona que:

§ 1o O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2o O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2o O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1o Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2o Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (LEI Nº 11.788 DE SETEMBRO DE 2008).

A qualificação profissional é uma vertente de preocupação, estudo, debates a partir do crescimento das universidades à distância - EAD, da constante precarização do ensino superior com rebatimentos da política neoliberal, para as (UFAs), para o profissional já presente no mercado de trabalho e para o futuro Assistente Social/acadêmico em formação.

Na busca constante de melhorias a entidade civil de natureza acadêmico-científica em âmbito Nacional, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) em acordo com suas responsabilidades estatutárias, em seu artigo 2º, dispõe:

I - propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação;

II - fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais;

III - Contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias.

IV - propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação. (ABEPSS, 2008).

Justificando a inquietude da categoria e dos órgãos responsáveis comprometidos com o processo e qualidade da formação profissional, em defesa do estágio supervisionado em Serviço Social, associado a aprovação da lei de estágio na lei 11.788 de 25/09/2008 que sanciona sobre os estágios aos estudantes e dá outras providências, menciona-se também, a resolução CFESS N°533, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, orienta já, na referida (resolução CFESS N°533 DE 29/09/2008) considera:

- que a norma regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, deve estar em consonância com os princípios do código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na lei 11788, de 25 de setembro de 2008;

- a necessidade de normatizar a relação direta, sistêmica e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social, na busca da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional;

- a importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do assistente social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional;

- que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois configura-se como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica.

Corroborando ao defender a ideia do estágio supervisionado como um elemento estratégico na construção profissional.

Apresenta-se, para ABEPSS (2010, p. 8) "No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético político do Serviço Social".

Diante dessa afirmação, parece correto afirmar que, para a finalidade de um melhor entendimento e apreensão, da teoria e prática, centralizando o estágio supervisionado, é obrigatório a presença profissional do Assistente Social, denominado supervisor de campo, responsável por direcionar, instruir e supervisionar.

Conta também com o supervisão acadêmica, um professor/a da instituição de ensino superior, que é acrescentado ao aluno-estagiário, mais um espaço legítimo, ético e privilegiado para compartilhar com os demais alunos, as inquietações e elogios, práticas e posturas dadas no estágio

Na busca constante de um novo fazer profissional, pautado nos valores éticos e políticos da profissão, contribuindo tanto para o conhecimento do direito desconhecido por parte do usuário, mas sim, a efetivação e garantia do direito ao usuário diante a política e instituição que está inserido o estagiário(a).

Embasado ainda na Resolução do CFESS Nº 533/2008, é de responsabilidade dos sujeitos envolvidos no processo de estágio, supervisores acadêmicos, supervisores de campo e dos acadêmicos:

Aos(às) supervisores acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico, no processo de supervisão.

E ao estagiário(a), sujeito investigativo, crítico, e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que

solidifique a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (CRESS, 3ª Região/CE, p. 71).

Os grifos anteriores ressaltam a importância da interação dos três envolvidos na atividade de supervisão, para que seja um processo contínuo de trocas de experiências na instituição de ensino que está inserido o estagiário, na qualidade de profissional em formação e na academia em que está matriculado, uma vez que o estágio é uma disciplina obrigatória, tendo aulas teóricas e práticas com o estágio supervisionado.

Retomando o assunto sobre estágio na modalidade de não-obrigatório, a ABEPSS vem deixando claramente a não existência de interesse sobre a temática, no entanto, para a realização dessa modalidade, poderá ser feita, conforme a orientação e legalidade do mesmo, poderá ser acrescida como atividade complementar.

3.2 AS SIGNIFICÂNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

A partir do estágio supervisionado a maioria têm dos estudantes tem sua primeira aproximação com a prática em si do Serviço Social, passando a vivenciar a realidade da vida profissional e social do campo escolhido ou unidade credenciada para o estágio.

Independentemente da política, instituição ou espaço socioinstitucional envolvido no processo do estágio, seja nas áreas, da Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Cultura, jurídica, podendo atuar nas esferas federais, estaduais e municipais, sendo este maior empregador dos assistentes sociais.

Os supervisores de campo e supervisionados são desafiados no processo ensino-aprendizagem, como afirma Andraus (1996), desenvolvido numa determinada prática, através de troca, do movimento (experiência-não experiência, nova experiência) que exige habilidade, atitudes, respeito e ações efetivas, num determinado tempo e espaço a ser construído.

É imprescindível que o aluno-estagiário experiencie a realidade social e o cotidiano para a compreensão da prática profissional, Santana (2008, P.8) esclarece que:

Considerando o Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo face à realidade, a importância do estágio reflete a compreensão de que é no movimento do real que as práticas são gestadas, as possibilidades criadas a partir da inserção para/no exercício do processo de trabalho do Serviço Social.

O estágio supervisionado desafia ao discente, na condição de acadêmico-profissional, a associar a unidade teoria-prática, “incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação profissional do assistente social, deve superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer” (CFESS, 2014, p. 6). Superando a visão pragmática, antiga do serviço social apenas do "aprender a fazer e saber fazer".

Assim, o estágio supervisionado em serviço social, contextualiza-se no aspecto conjuntural sócio-histórico e a política de formação em serviço Social para melhor efetividade e novidade do projeto ético-político. Como afirma Netto (1999, p.24-5):

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – A liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Evidenciando a importância do direcionamento ético-político norteador da profissão, nos aspectos teóricos, no sentido histórico-conjuntural do percurso do serviço social e práticos com os avanços de debate sobre o tema, para se alcançar a efetividade no fazer profissional que estão atrelados a profissão e ao projeto societário comum a classe, acrescentando sobre os projetos profissionais, para Netto (1999, p. 95):

Os projetos profissionais inclusive o projeto ético-político do Serviço Social apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a

legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas..

A articulação entre o projeto ético político, as diretrizes curriculares de 1996 e o estágio supervisionado são meios para tornar permanente e contínua, a mobilização entre formação profissional e estágio supervisionado em serviço social. para tanto, se consolidam, fortalecendo a unidade teoria-prática, transitando do conhecimento para a instrumentalidade, em seguida para a intervenção profissional, tornando-se a instrumentalidade na prática do Serviço Social.

Outra questão em pauta sobre o processo contínuo e mutável do fazer profissional, passa a compreender com partir do estágio, traz a categoria instrumentalidade como: o uso de instrumentos e técnicas dos profissionais, como também é a capacidade constitutiva do profissional que foram construídas no processo histórico da sua carreira profissional.

A instrumentalidade do serviço social traz para o profissional Assistente Social a capacidade de mediação, capacidade crítica e diante dessa criticidade o profissional irá objetivar sua intencionalidade. A referência em instrumentalidade do serviço social (GUERRA, 2008, p. 01) “A instrumentalidade no exercício profissional do/a assistente social parece ser algo referente ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais”.

Estes princípios estão definidos também definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Sinteticamente de acordo com Francisco (2018, p. 3-4)

A dimensão teórico- metodológica permite ao profissional munir-se de teorias para fazer uma análise da sociabilidade do capital, bem como fornece a compreensão do significado social da ação.

A dimensão ético-política situa-se no ato de projetar a ação de acordo com os valores, os princípios, o resultado final a alcançar do profissional, também quando se faz ou não um balanço das consequências das ações.

A dimensão técnico-operativa implica a operacionalização da ação, envolvendo os valores, o planejamento, os princípios, as finalidades, a habilidade no manuseio dos instrumentos e técnicas, as condições objetivas, táticas, estratégias e a análise do produto real.

(Guerra 2007), afirma que a instrumentalidade e/ou capacidade que a profissão adquire na medida em que se concretiza objetivos. Possibilitando aos profissionais concretizem sua intencionalidade em respostas profissionais, é por meio deste conhecimento, obtidas no exercício profissional, que modificam, transformam e alteram as condições objetivas e subjetivas, as relações interpessoais e sociais num determinado nível de realidade, constituindo-se numa realidade concreta de reconhecimento social da profissão.

A necessidade de pensar criticamente esta instrumentalidade, coloca-se a frente da profissão de forma categoricamente e acolhendo as diferentes demandas e requisições. De modo que a categoria articulada à luz do Projeto Ético-Político dão um novo posicionamento ao fazer profissional propriamente dito, da pré-ideação à execução para um finalidade, resultando na efetivação de direitos. Confirmando seus deveres e atribuições gerais do assistente social, do código de Ética em seu Art. 3º:

- a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão
- c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Há uma relação de interdependência, o estágio remete-se a entrada do futuro profissional na verdadeira realidade da vida cotidiana profissional, seja pública privada ou ONGs, assim, partir da instituição e do usuário, famílias ou grupos

atendidos, através das atividades desenvolvidas pelo assistente social/supervisor de campo que posteriormente serão observadas e desempenhadas de acordo com as particularidades da instituição, no atendimento social individual ou em grupo em acordo com seu plano de estágio com as atividades descritas.

A reflexão sobre a atuação profissional de estar pautada no entendimento de que não deve haver separação do trabalho e estudo teórico e da prática.

Tendo em vista que uma das principais, é a visão reducionista de que a prática é diferente da teoria e vice e versa. Na perspectiva de superação do que é indissociável diante da concebe o estágio e a ao supervisor de campo a interação necessária, traduz o significado do que se considera, estágio supervisionado em Serviço Social:

Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996).

Significa buscar novos conhecimentos do ponto de vista práticos sem desprezar a teoria, que habilite essa profissão, visando captar novas conexões às dimensões, constitutivas do serviço social, singular da profissão, significa, experimentar à prática da realidade social, significa, transitar da teoria ao fazer profissional, da ideação que corresponde a análise a atuação e a pratica profissional.

Todo esse percurso permeia uma intencionalidade e finalidade, sinalizando quem queremos ser como profissionais, e, todos almejam ser profissionais de referência independente da área de atuação e esperamos que o estágio seja a confirmação do curso escolhido, sem essa visão de construção do conhecimento através dos conhecimentos históricos informacionais em sala com a teoria, findava-se em fazer por fazer, sem propósito, seria apenas teorismo, tecnicismo e politicismo, tudo o que a contemporaneamente da profissão se distanciou.

4 CAPÍTULO III - O DIALÓGO ENTRE TEORIA - PRÁTICA

A finalidade desse capítulo é informar ao leitor o percurso metodológico da pesquisa bibliográfica, os locais de procura confiáveis e período determinado para a investigação. Busca abordar de forma qualitativa as informações encontradas sobre os autores que dialogam acerca do assunto e através destes, traçar hipóteses e analogias no que tange a análise e discussão sobre o tema, formação profissional e estágio supervisionado em Serviço Social, perante a compreensão teoria e prática.

4.1 CAMINHANDO PELO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido com o tema: formação profissional e estágio supervisionado em serviço social, um elo necessário. Derivando como problema de pesquisa, quais as principais contribuições da correlação entre teoria e prática no estágio supervisionado para a formação do assistente social?

Para melhores resultados dessa pesquisa serão apresentados tem como pilar uma pesquisa exploratória e descritiva, adota-se a forma de abordagem metodológica qualitativa, uma vez que nos permite uma melhor investigação e interpretação científica da realidade social para assim, expressar, opiniões de forma distintas e subjetivas acerca do estágio supervisionado e formação profissional em serviço social.

A partir da coleta de informações de fontes bibliográficas secundárias, com revisão de literatura como, livros, artigos, revistas, sites confiáveis de produção acadêmica como: scielo, google acadêmico e plataforma CAPES e autores que amparam o embasamento teórico sobre o tema, formação profissional, serviço social e estágio supervisionado.

Para o desenvolvimento efetivo dos objetivos específicos, de conceituar formação profissional, contextualizar estágio supervisionado e discutir sob um olhar crítico do assistente social em formação. Consiste de visão analítica e argumentativo.

Adotando-se como processo metodológico uma abordagem objetiva e qualitativa, baseado na em um estudo comparativo de conteúdo do conteúdo das obras de diferentes autores que referenciados com familiaridade com o

tema: significado do estágio supervisionado para o profissional em formação. De acordo com (MINAYO, 2007 p. 44):

- (...) a) como a discussão epistemológica sobre o " caminho do pensamento" que o tema ou objetivo de investigação requer
- b) como apresentação adequada e justificada dos métodos, técnica e instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação
- c) e como a "criatividade do pesquisador", ou seja a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos achados experimentais, observacionais ou em qualquer outro tipo de respostas às indagações específicas.

Revela-se o assunto abordado em uma revisão bibliográfica que permite um maior aprofundamento sobre o tema da pesquisa. Sem a pretensão de estabelecer um discurso conclusivo sobre as questões pesquisadas, investigou-se as análises através do objetivo geral, no intuito de contribuir para outras estudantes e interessados no assunto, um visão correta da correlação entre teoria e prática a partir do estágio supervisionado em serviço social.

Na busca para alcançar o objetivo geral, está pesquisa encontra-se organizada em três capítulos, dispostos da seguinte forma, sendo o primeiro deles, a introdução.

No Capítulo I, são apresentados de forma macro, o conceito de formação profissional partindo da emergência das protoformas do serviço social por meio da revolução industrial, consolidação do modo de produção capitalista posteriormente no Brasil, tomando pelo trato crítico de Marx, quando fala sobre o trabalho diante da exploração por parte da classe burguesa, quando o sentido real do trabalho no seu sentido literal e ontológico é distorcido.

No Capítulo II, Aprofunda-se a descoberta do sentido da centralidade na formação do Assistente Social, a partir da legalidade do estágio supervisionado com lei de estágio 11.788 de 25 de setembro de 2008, trazendo as modalidades de estágio nas modalidades, de obrigatório e estágio não-obrigatório, nessa perspectiva a autarquia em fiscalização CFESS regulamenta pela Resolução 533 de 28 de setembro de 2008, corroborando com a lei de estágio, criando a Política Nacional de Estágio que orienta, normatiza e explicita a formação desejada aos futuros profissionais, ainda na qualidade de estagiários.

O Capítulo III, o conteúdo nesse capítulo busca uma melhor apreensão diante do tema, teoria e prática a partir da vivência do estágio supervisionado, no intuito de um fazer profissional crítico e pautado no Código de ética a afirmação do serviço social como categoria legítima, por fim, as considerações finais.

No mês de Setembro: escolha do tema; objetivo geral e específicos, Setembro e outubro; pesquisa acerca dos materiais bibliográficos, anotações e apontamentos do que seria abordados nos textos, Novembro e Dezembro: organização dos dados coletados em forma de textos para análise e discussão do material coletado.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados sob forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica. O referencial teórico necessário para embasar as análises e discussões, foram realizadas pesquisas em livros, artigos, revistas e sites e plataformas de produção acadêmica relacionados ao tema de diferentes autores que apropriam-se do assunto sobre a relevância do estágio supervisionado no processo formativo do assistente social e a indissociabilidade entre teoria e prática.

“Sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39), ou seja, contribui para desvelar a realidade através de uma investigação das contradições e conflitos da sociedade.

4.2 ASSISTENTE SOCIAL: CONHECIMENTO, HABILIDADE E ATITUDE

O conhecimento é sem dúvida a maior ferramenta de trabalho do Assistente Social ou de qualquer profissão, pois dela, deriva-se todas as outras competências necessárias para a finalidade correta do fazer profissional em questão, Assistente Social, a práxis.

Apresentando sobre a teoria do conhecimento humano, a práxis, se fundamenta a concepção marxista sobre o processo de conhecimento onde "A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade" (KOSIC,1976, p. 202, *apud* BARBOSA, p. 16).

Fortalecendo o conceito de práxis, Faleiros (2000, p. 164) demonstra que: "implicava a ruptura com a visão adaptativa e clínica, e o conceito de dialética, uma ruptura com a visão empiricista e pragmática."

O termo "práxis" significa a prática ou atividade que transforma (VÁZQUEZ,2007). Consolidando, a práxis em Marx que advém de uma prática integradora de modo que, altere conscientemente o homem através do trabalho e modifique o mundo social.

Para a mudança social esperada a partir do trabalho do assistente social, em especial ao aluno-estagiário, precisa-se de iniciação teórica e da prática e, acima de tudo o real entendimento dessas como ciência, estudo e aplicabilidade.

Como bagagem inicial para a formação do assistente social devem ser cursadas as disciplinas; Sociologia, ciência política, Sociologia, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

No entendimento que há um vasto campo teórico para início da formação, mas indispensável para o futuro profissional, afirma lamamoto (2000, p. 72):

O que se busca é uma formação generalista, ampla e densa, que permita ao assistente social, situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais e apropriar-se das possibilidades neles presentes, transformando-as em propostas e frentes de trabalho. Enfim, indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade projetar ações pertinentes.

Complementa-se a este, as contribuições no tocante, formação generalista do assistente social, Batinni (2000, p.187-8):

O projeto de Formação Profissional dos Assistentes Sociais no Brasil pauta-se na reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos

profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. Nesse sentido, a formação profissional imprime uma concepção de ensino de ensino-aprendizagem calcada na dinâmica da vida social implicando na apreensão do processo de trabalho do assistente social a partir de um debate teórico-metodológico que leve a um repensar crítico do ideário profissional e, conseqüente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social.

No entanto muitos alunos compreendem a entrada no campo de estágio como, tardia, mas é comum à todos os cursos de ensino superior, em especial o Serviço Social, as unidades de ensino transmitir de forma correta, crítica e criteriosa o progresso histórico social e crítico da profissão.

Desde o surgimento da profissão na Inglaterra com a Revolução Industrial, as mazelas sociais trazidas como naturais pelo capitalismo, ditas como questão social espalhadas pelo Brasil e no mundo a partir da industrialização e a consolidação do modo de produção capitalista.

Muitos entendem equivocadamente esse rigor teórico como uma realidade distante em relação a prática, devido a um longo processo histórico de construção da identidade e da afirmação profissional, de debates que estão em constante processo de construção, a historicidade é inerente a profissão.

O desconhecimento do alunado em relação ao verdadeiro sentido do estágio supervisionado em Serviço Social, pode ser um pressuposto para esse equívoco, quando para sobre a lei de estágio, a interpretação errônea distorce o real motivo e importância do assunto questionado, formação profissional e estágio supervisionado.

Ao aprofundarmos na sobre a PNE da ABPESS, sob a ótica da Resolução 533 de setembro de 2008 regulamenta que:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

Trazendo rebatimentos necessários à relevância do estágio supervisionado a realidade do supervisor de campo, na relação professor-aluno e de outros

entendimentos na relação, pois autores que expressam que o debate da prática tem ficado em segundo plano.

pensar nas possibilidades do ensino da prática põe a necessidade de que o ensino da prática seja visto dentro de um projeto de formação continuada. Implica situar o ensino da prática do currículo.

Na proposta de revisão curricular atual, entendemos que, se por um lado, ele está mais afeto ao Núcleo de formação do trabalho profissional, de outro, deve ser assumido coletivamente por todos os professores e acolhido no interior das disciplinas do curso de Serviço Social;

como tomar disciplinas facilitadoras para a aquisição de valores coletivos e democráticos em detrimento dos valores individualistas do projeto social neoliberal;

que contribuição cada disciplina, no âmbito da transmissão de conhecimento de atitudes e habilidades, poderá fornecer para o alcance dos objetivos de formar profissionais conscientes, comprometidos, capazes de enfrentar as competências que lhe são atribuídas pelo Estado e pela sociedade civil, mas também de recriá-las, tendo em vista um projeto profissional anticapitalista. (GUERRA, 2000 p.159-160).

Quanto aos princípios para se alcançar o perfil do bacharel que se desejar formar, de acordo com a ABEPSS (1996. P. 06) devem fundamentar-se:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Falso dilema de que a prática é diferente da teoria só afirma que não é necessário a teoria em relação à prática ou vice e versa, desqualifica os profissionais existentes e em formação, desprezando todo o trabalho intelectual realizado sobre o tema: afirmação e preocupação acerca do ensino-aprendizagem.

Esse discurso é aceitável por leigos no assunto e não conhecedores da trajetória histórica do serviço social enquanto classe profissional que, como senso comum não tem a menor obrigatoriedade de reconhecimento, enquanto pra os estudantes nota-se como um problema, é como se o conhecimento do serviço social crítico não foi compreendido na sua totalidade e tratando-se desse discurso, evidencia o encarceramento ao capitalismo, evidenciando o mesmo.

Parafraseando Vygotsky (1982, *apud NEVES e DAMIANI, 2006*) que teoriza o ensino como processo social, os alunos em formação não irão entender de forma linear, tampouco unânime, mas a interação ou intermédio com o ambiente, possibilita ao aluno um desenvolvimento distinto, sem desconsiderar as diferenças entre os indivíduos que os fatores físicos e genéticos podem influenciar no aprendizado, desaprovando que faz a separação entre teoria a aprendizagem do desenvolvimento.

Apropriando-se do pensamento Vygotsyano, o processo de formação e estágio supervisionado em serviço, são os meios onde o aluno/estagiário interage como um elemento essencial na comunicação para a trajetória profissional. O estagiário observa, aprende e apreende com o seu supervisor de campo, o fazer no serviço social mesmo que inicialmente de forma imitativa, pressupondo que o estágio seja o primeiro contato com a materialização da questão social.

Dialogando com Vygotsky, transpõe (FREIRE, 1996, p. 39) quando afirma que:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu

distanciamento epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela 'aproximá-lo ao máximo.

O desdobramento do fazer profissional é particular e subjetivo, ou seja, cada profissional faz de um "jeito", tornando também individual, o fazer profissional de cada um, mas passível de uma mesma finalidade, a efetivação de direitos.

Falso dilema de que a prática é diferente da teoria só afirma que não é necessário a teoria à prática e vice versa, desqualifica os profissionais existentes e em formação. Ferreira (2000) esclarece esse ponto quando foca que essa cisão e separação da formação profissional, desvirtua-se do processo histórico e coletivo de construção da profissão um projeto coletivo. Lembra Netto (1999, p. 94) " projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas [e que] sempre dispõe de condições menos desfavoráveis para enfrentar os projetos das classes possuidoras e politicamente dominantes".

Classe de trabalho carregado de histórias de lutas, de avanços, de retrocessos, na busca insistentemente de reafirmação da classe para melhoria da categoria, buscando sempre afirmar seu lugar, legítimo a partir do entendimento do Assistente Social ser um:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, formulando implementando propostas para seu enfrentamento por meio das políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais; profissionais dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais no mercado de trabalho; profissional comprometido com valores e princípios norteadores do código de Ética do Assistente Social.
(IAMAMOTO, 2000 p. 70-71)

Impondo sempre aos novos profissionais, perfis de trabalhadores que se ajustem ao novos modelos de mercado, mas é inegável a maturidade adquirida ao longo dos estudos sobre os avanços teóricos-práticos-profissionais. O Assistente Social moderno não é mais aquele que detém somente a prática e a caridade, pois este já está defasado, tampouco preso a tão somente um lote de conhecimentos.

Objetiva que sua habilidade essencial seja de renovar a competência sempre, ainda que no processo de construção e reconstrução do conhecimento, com qualidade ético e política, central de sua competência, caminhando em meio a sociedade como trabalhador assalariado para atuar no mercado ou como cidadão que também detém de direitos.

Ademais, a importância de se enfatizar que o aluno ao adentrar na universidade, é para além de discente, traz juntamente a responsabilidade de um futuro profissional que já está formação, independente da profissão escolhida. No âmbito do serviço social, também traz consigo o peso de uma classe, como categoria profissional marcada pelas lutas e dilemas das classes antagônicas, burguesia e proletariado e mitos a serem cotidianamente dialogados.

Iamamoto (2000) enfatiza que: assistentes sociais são "jovens intelectuais", ou seja ainda muito jovens no meio acadêmico, a nova lógica considerando as diretrizes curriculares de 1996, e isso não é ser subalterno. A autora complementa sua ideia (IAMAMOTO 2000, p 72) quando discorre que:

Os esforços têm sido enviados para romper com as falsas segmentações entre o pensar e o fazer, entre ciência e técnica que tiveram lugar ao longo da conformação social dessa especialização do trabalho, em decorrência dos caminhos históricos percorrido pela profissão no contingente latino americano.

Trazendo a percepção que não existe separação entre teoria e prática, pode haver uma supervalorização uma em detrimento da outra, tem que haver esforços por parte do acadêmico-profissional onde venha atrelar a evidências da teoria para a prática, até porque na academia não tem a possibilidade de ir à campo sem o conhecimento teórico da profissão, em virtude disso a teoria é pressuposta a prática, dependendo da aprovação da teoria como pré-requisito para a disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social.

A realidade é que a maioria das demandas a procura do assistente social, são problemas, a frente dessa novidade para o estagiário abre um leque de indagações, o estágio tira o aluno da zona de conforto da universidade, muda a rotina e para se fazer um passagem efetiva pelo estágio o acadêmico deve estar alerta em qualquer manifestação da questão social para que o usuário não perca seus direitos e a

efetivação dos mesmos, que já são extremamente violados e negados e omissos por parte de estado.

As políticas sociais existem, mas que são diariamente operacionalizadas pela classe burguesa, sempre com intuito de adentrar no poder estatal e se manter nele para a perpetuação do sistema capitalista. O tratamento da questão social por meio das políticas sociais públicas estão cada vez mais selecionado e excludente, hoje traçam os perfis de quem podem ou não acatá-la, aprisionando a quem dela necessita. E é nosso dever libertá-los e levá-los a emancipação, insistindo no social e resistindo com o senso crítico à frente do capitalismo contemporâneo.

Logo nota-se a relevância diante da apreensão crítica experimentar a realidade profissional na prática a partir do estágio supervisionado, o banho de realidade brasileira propicia ao acadêmico-profissional despertar este para apreensão crítica nos processos sociais e políticos da totalidade, vislumbrando sempre romper com neutralidade e que seja legível a quem essa classe defende, a classe trabalhadora, muito embora diante da maturidade adquirida identificam demandas presentes as duas classe.

O estágio traz novas sensações em relação ao serviço social. a normal insegurança, anseios e expectativas de um novo aprendizado, novas perguntas e inquietações, se irá conseguir atender alguém? se está procedendo do jeito correto?

Analisamos a até então, dicotomia teoria e prática, para assim interligar ambas e atrelar as diversas disciplinas citadas no início desse capítulo de como vamos proceder a este usuário, por meio da aproximação, como se apresentar e entrevistar, como estabelecer uma relação de confiança. Por meio da instrumentalidade, se dão o fazer profissional, está intimamente ligada, a capacidade profissional de construirmos e reconstruirmos, possibilitando a atuação do profissional modificando, transformando a vida do usuário objetivamente e subjetivamente, ou seja, compreendemos com o atendimentos das demandas, está ligada a práxis do serviço social, possibilitando o alcance dos objetivos profissionais e sociais.

Assim tive a oportunidade de não só observar, mas apreender e compreender atuar na prática à luz da supervisão, habilidade, organização e compromisso com o usuário e suas relações pautados no código de ética, realiza seu trabalho com

seriedade e extremamente atividade, para resolução de cada desafio posto e que logicamente necessitam de respostas.

O estágio me deu a oportunidade de tanto observar, pensar, conviver, orientar, atender, criticar em relação à política de saúde, acompanhar histórias de vida que emocionam, fortalece e motiva situações difíceis e ímpares porque até então eram alheias a minha realidade, mas que precisava estar inteira e acolher a família de forma honrosa como é de direito, foi o meu momento, de tirar dúvidas, perguntar, errar, corrigir e adquirir cada vez mais conhecimento e grandes experiências, dentro do campo de estágio se possibilita a materialidade do trabalho a partir da questão social.

Dessa forma, não se trata apenas de operacionalizar as políticas sociais, embora importante, mas faz-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões que desafiam cotidianamente os assistentes sociais, pensar as políticas sociais como respostas a situações indignas de vida da população pobre e com isso compreender a mediação que as políticas sociais representam no processo de trabalho do profissional, ao deparar-se com as demandas da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, tem a pretensão de tornar mais claro para os interessados no assunto, o caminho percorrido durante a formação profissional em serviço social tendo como centralidade o estágio supervisionado, mediante a legalidade de estágio supervisionado curricular sob a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, posteriormente a Política Nacional de Estágio - PNE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

A ABEPSS enfatiza a importância e a inquietação em torno da qualidade do ensino superior, foca no fazer profissional dos acadêmicos de em Serviço Social a partir do estágio curricular obrigatório presente nas diretrizes curriculares de 1996.

As transformações mais significativas para o serviço social, impostas a profissão se mediam pela Ditadura Militar ou Regime Militar, instaurado em 1 de Abril de 1964, perdurando vinte e um anos (1965-1984) de imposições, autocracia burguesa, governo arbitrário, sanguinolento, exílios compulsórios, a renda concentrava-se em contrapartida a desigualdade a aumentava, contenção de salários, e a aclamada e conhecida repressão no mundo das artes, foram alguns aspectos para o pensar mais crítico quanto a profissão.

A classe respondia a partir de um longo diálogo com o importante movimento de reconceituação do serviço social, na construção sócio-histórica da profissão, demarca o rompimento da com serviço social de tradicional ou conservador, esse movimento permitiu à profissão, a renovação da prática profissional.

Sobretudo a partir das década de 1980 com a adoção do marxismo, ênfase na produção teórica, aumento no campo de atuação, pluralismo acadêmico e o amadurecimento profissional.

Na década de 1990 marca da Lei de Diretrizes e Bases Curriculares- LDB, o novo código de ética profissional do Assistente Social, consolidação do projeto ético-político e a autoafirmação profissional sobre a implantação do neoliberalismo iniciada com o governo Collor e implantada no governo Fernando Henrique Cardoso, década marcada também pelo Brasil no mapa da fome e efervescência dos expressões da questão social.

O entrelace entre os segmentos econômicos, políticos e sociais são determinantes tanto para a surgimento da profissão desde a revolução

industrial quanto para as modificações que se fazem necessárias para cada período, diferentes períodos requerem respostas distintas.

Na esfera capitalista com o mundo do trabalho em constante mudanças, especialmente, as inúmeras mutações no mundo do trabalho devido as transformações nos sucessivos processos de trabalho, mudanças organizacionais no mundo econômico, a reificação do trabalho, são apenas algumas questões para debate para outras futuras, sendo que todas essas mudanças trazem ao trabalhador.

O percurso histórico do serviço social desde o surgimento com as damas de caridade marcado pelo vocacionado e benesse, liderado pela igreja católica, essencialmente por mulheres, moças da sociedade. As manifestações da sociedade mostradas enquanto classe antagônica expressada pela questão social que lutavam por melhores condições de vida e de salário, era tratada como caso de polícia, com o poder de contenção e pressão por parte estado.

Hoje, o serviço social assume um papel legítimo e crítico independente do espaço social, validando seu lugar. O lugar do serviço social, é em qualquer e todo espaço que existam relações sociais, o Assistente Social se compromete com o projeto ético-político, afim da preservação e efetivação da classe trabalhadora na defesa do projeto societário, justo e igualitário.

Para tanto, acredito que não seja inoportuno, afirmar que, não se faz um curso como serviço social de qualquer jeito, é preciso o acadêmico-profissional ler as entrelinhas, necessariamente o desvelar das situações para uma efetiva aplicabilidade da prática, iniciadas com o estágio supervisionado, levando em consideração que, o estágio para a maioria dos estudantes estagiários é a primeiro contato direto com a materialização da questão social.

Como seres humanos singulares e subjetivos torna-se possível aprender e apreender e reaprender as experiências das práticas que orientam um profissional propositivo e interventivo, impondo ao Assistente Social uma formação de qualidade para a mudança, práxis, partindo da iniciação que o estágio supervisionado é sistemático e integrador. Sendo assim, é de extrema importância compreendermos verdadeiramente o sentido do estágio supervisionado e formação profissional, não se separando o que é intrínseco.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**: (Com Base no Currículo Mínimo Aprovado em Assembleia Geral). Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 17 out. 2022.

CASALI, Jessica Pereira et al. Serviço social no Brasil: das décadas de 30 a atualidade. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 3, n. 1, 2011.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos metodológicos**: diretrizes da metodologia científica. 5 ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

DORIGON, Nelci G. **EDUCAÇÃO E TRABALHO: A CONVOCAÇÃO DAS WORKHOUSES**. nº de folhas (167 f.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006. Disponível em: Acesso em: 26 dez. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. Cortez Editora, v. 3, f. 127, 2022. 253 p.

IAMAMOTO, DE CARVALHO, Marilda Vilela, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil** : esboço de uma interpretação histórico-metodológica . São Paulo: Cortez, v. 41, 2014.

MANTOUX, Paul. **A Revolução Industrial no século XVIII**. São Paulo: Edunesp / Hucitec, SD.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo: Serra Azul, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, v. 6, 2017.

SCIELO. **A 'TEORIA DA PRÁXIS'**: RETOMANDO O REFERENCIAL MARXISTA PARA O ENFRENTAMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO DA SAÚDE. SciELO - Scientific Electronic Library Online. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/gjwcJfXPdzcNWXW49Dbvv7m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

TEMPORALIS, REVISTA da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Brasília, v. 1, n. 1, janeiro a junho 2000. Reforma do Ensino Superior.

TEMPORALIS, REVISTA da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 1, n. 2, julho a dezembro 2000. Diretrizes curriculares: Polêmicas e perspectivas.

TRADES' Unions and Strikes: Their Philosophy and Intention. The online Books Page. london, 1799-1873. Disponível em: <https://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupid?key=olbp64391>. Acesso em: 23 nov. 2022.

UNIREVISTA, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 2, abril 2006. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3453/Vygotsky%20e%20as%20teorias%20da%20aprendizagem.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 dez. 2022.